

## **O DIREITO AO ALCANCE DE TODOS: OFICINANDO COM ADOLESCENTES**

Coordenador: RAQUEL DA SILVA SILVEIRA

Este trabalho apresenta uma intervenção interdisciplinar na área de Direitos Humanos e Fundamentais, com o objetivo de construir espaços de trocas entre jovens universitários e jovens de classes populares. O campo de atuação escolhido é uma escola estadual num bairro de periferia com altos índices de vulnerabilidade social na cidade de Porto Alegre. A população deste bairro tem forte tradição de lutas e conquistas populares, cumprindo potente exercício no controle social. O projeto extensionista tem como finalidade propiciar a vivência dos acadêmicos na comunidade, sensibilizá-los da importância de que o seu conhecimento tenha efetivamente uma função social, bem como possibilitar o reconhecimento dos saberes populares. Os recursos teórico-metodológicos utilizados nesta intervenção estão embasados em teorias construtivistas da educação popular e da pesquisa-ação. A concepção de sujeito abarca a noção de um ser imerso em relações de saber-poder, que na medida em que exercita a prática reflexiva da liberdade é capaz de tensionar as formas de dominação a que está submetido. Neste sentido, o espaço de trocas sobre os saberes produzidos no campo dos direitos fundamentais pode funcionar como um dispositivo de cidadania. Esta ação teve início em setembro de 2004, tendo sido o projeto discutido com a comunidade. Inicialmente participamos de uma reunião de representantes dos movimentos sociais que deliberavam sobre um evento comemorativo do bairro, ao qual submetemos nossa proposta inicial de intervenção. Este foi um momento importante de aprendizagem para os participantes do mundo universitário, pois vivenciamos um espaço coletivo de participação popular. Segundo uma das universitárias envolvidas na ação: "Logo no primeiro encontro pude perceber que estava enganada quanto à população daquele bairro, uma vez que nunca imaginei que eles fossem tão organizados. Todos apresentavam suas propostas, os custos das mesmas e procediam-se as votações." Neste clima de construção do trabalho com a comunidade, escolhemos uma escola estadual para apresentarmos o projeto. Depois de discutirmos com a direção da escola, fomos acolhidos por uma professora das matérias de Religião e de Educação Física, a qual estava iniciando um trabalho de discussão de valores no formato de um júri popular. Os alunos de direito engajaram-se na execução da mesma. Foram realizadas oito oficinas sobre direitos fundamentais e direito penal, nas quais participaram vinte alunos de uma turma de primeiro ano do ensino médio. Como uma das principais

estratégias de ação nas oficinas, foi realizada a produção coletiva de cartazes contrapondo a leitura da lei (artigo 5º da Constituição Federal) e a leitura da realidade (moradores de um bairro distante 40Km do centro da cidade, com forte presença do tráfico de drogas, altos índices de desemprego, baixo nível de escolarização, com cerca de 100 a 150 mil habitantes). O referido artigo determina que: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade". A leitura de mundo dos jovens que participaram das oficinas apresenta uma realidade diferente da descrita pela lei. No que tange ao direito de ir e vir e à liberdade de expressão, eles vivenciam limitações quanto a possibilidade de circulação e de comunicação no bairro, pois "se a pessoa pertence a uma gangue tem áreas que não pode andar", assim como, "as pessoas não se expressam com medo da violência", "as que contam são discriminadas e muitas vezes punidas com a própria vida". Com relação ao direito à vida e à proteção policial, os jovens relatam a hegemonia do relacionamento com os agentes de segurança do Estado que se pauta por "violência, policiais preconceituosos, corruptos e não respeitam a vida e as leis". Os adolescentes apontam três aspectos como possíveis causas destas relações agressivas: a crise econômica que traz a desvalorização da vida; o maior valor dado aos bens materiais do que à vida e a falta de respeito com a vida do outro. No item referente ao direito à igualdade, eles analisam que a punição aos delitos cometidos está diretamente relacionada com a capacidade de pagar um bom advogado, ou seja, os pobres serão punidos de forma mais severa. As discriminações raciais, contra às mulheres e contra os moradores de bairros periféricos também são apontadas como presentes em suas experiências de vida. Existe a "discriminação na busca por um emprego em função do lugar onde se mora". Quanto ao direito à educação, os estudantes percebem que não recebem a melhor qualidade, mas acreditam que "dá para quebrar o galho". Sentem que alguns professores tem preconceito em dar aula em seu bairro, mas apesar disto desenvolvem um bom relacionamento com os mesmos. Acreditam que "o governo não libera verbas para a educação", ainda que o Fórum Social Mundial discuta a educação, eles percebem que "o Estado não executa os planos". O resultado disto é a "evasão escolar". "Muitos alunos se matriculam e acabam parando de estudar". Há falta de segurança no bairro deles, que se reflete "tanto na educação quanto na sociedade". A partir das discussões suscitadas pela explicitação das diferenças entre os saberes legais e os saberes populares, os estudantes do ensino médio foram convidados a construir um caso para ser julgado em júri popular. Depois de uma oficina na qual eles trouxeram experiências de violência vividas no cotidiano do bairro, o grupo decidiu trabalhar com um

filme que abordava o homicídio de um jovem de periferia cometido por um policial. Os estudantes do ensino médio experimentaram a dramatização desse julgamento, no qual cumpriram papéis de operadores do direito e puderam problematizar a complexidade dos valores de nossa sociedade. Os estudantes de direito vivenciaram a orientação deste processo e discutiram as desigualdades sociais constatadas. Os resultados das trocas obtidas nesta primeira etapa do projeto apontaram para o reconhecimento das diferentes realidades vividas pelos jovens brasileiros em função de sua classe sócio-econômico-cultural. Os jovens universitários reconheceram-se "tão longe e tão perto" dos jovens de periferia que antes pareciam apenas estatísticas na televisão. Também realizaram pesquisas de áreas jurídicas que ainda não tinham estudado, pois tinham o compromisso de trocar informações. Do lado dos jovens do ensino médio, houve uma apropriação de saberes do mundo jurídico, a qual lhes possibilitou, segundo relato dos mesmos, participar mais ativamente nas discussões familiares acerca de parentes que estavam presos. Os adolescentes relataram que muitas vezes ouviam seus familiares discutirem assuntos de direito penal e não se importavam com isto, sendo que agora, passavam a participar das discussões. Também abriu-se o campo de possibilidades de inserção no ensino superior e a minimização das diferenças subjetivas. As alunas de direito perceberam que os alunos do ensino médio "pensavam que éramos umas "gurias metidas" e nada teríamos "para passar", mas mudaram de opinião e chegaram a pensar em fazer a faculdade de Direito". Na avaliação no final de 2004, foi solicitada pela escola a continuidade do projeto. Atualmente a ação extensionista continua em duas turmas do ensino médio e duas turmas do ensino do EJA.